



RABELLO recebe de Mafra o relatório que mostra irregularidades nas propostas de Ibsen Pinheiro e Pedro Simon

Estado se prepara para batalha dos royalties

Governo levanta argumentos jurídicos contra a emenda aprovada no Senado que redistribui os royalties do petróleo

Nathália Esteves

Advogados das assessorias jurídicas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro levantam argumentos judiciais contra a emenda aprovada no Senado que redistribui os royalties do petróleo para preparar questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Procuradorias dos dois maiores estados produtores acumulam nas gavetas argumentos para recorrer rapidamente ao STF caso o presidente Lula não vete ou tenha o veto derrubado no Congresso.

O governo do Estado irá apro-

veitar a visita que Lula fará ao Espírito Santo, no próximo dia 15, para lhe entregar uma cópia do relatório sobre as inconstitucionalidades contidas nos projetos de criação do marco regulatório do pré-sal.

No documento de 73 páginas produzido pela Comissão Especial de Análise do Projeto de Lei do Marco Regulatório do Pré-Sal da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), os autores trazem argumentos jurídicos sobre as três inconstitucionalidades dos projetos dos parlamentares Ibsen Pinheiro e Pedro Simon.

As propostas alteram a forma de distribuição dos royalties.

Além disso, o documento traz informações sobre o processo de exploração de petróleo no pré-sal, dos impactos sociais e ambientais causados pela atividade e da importância da destinação correta dos royalties para estados e municípios.

O documento foi entregue ontem, pelo presidente da OAB-ES,

Homero Mafra, ao procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabello Vieira, e ao secretário de Estado do Desenvolvimento, Márcio Félix.

Segundo o advogado Luiz Cláudio Allemand, que é coordenador do relatório, “o estudo traz elementos para auxiliar o Estado caso seja necessário ingressar com uma ação na Justiça.”

O relatório estará disponível no site OAB-ES, a partir de hoje, para acesso de toda a população.

A elaboração e a divulgação do documento faz parte de uma série de ações desenvolvidas pelo governo, em parceria com diversas entidades de classe, no sentido de mobilizar o povo capixaba e sensibilizar o presidente Lula para o veto das emendas que mudam a maneira de distribuição dos royalties.

Na próxima segunda-feira, as entidades que integram o Comitê Pró-Veto se reúnem para definir a mobilização do Dia Estadual de Luta pelo Veto, no próximo dia 13.

A POLÊMICA DA DIVISÃO DOS ROYALTIES

Lula sinalizou que vai vetar projeto

Como é hoje

➤ **FUNCIONA** o modelo de concessão: empresas disputam livremente o direito de exploração de petróleo num processo licitatório comandado pelo governo, e vence a disputa quem oferecer o maior lance.

Como deve ficar

➤ **FOI APROVADA** a partilha: o óleo extraído será dividido entre a União e as empresas vencedoras dos leilões.

➤ **A PETROBRAS** será a operadora de todos os blocos contratados, sendo-lhe assegurada participação mínima de 30% nos consórcios formados.

Os próximos passos

➤ **O PROJETO QUE** prevê o regime de

partilha, de autoria do senador Pedro Simon, foi aprovado pelo Senado no último dia 10 e já está na Câmara, aguardando a apreciação dos deputados, que não podem incluir nada, apenas retirar itens na votação.

➤ **A PREVISÃO** é de que os deputados apreciem o projeto na próxima semana.

➤ **HAVENDO** a aprovação da Câmara dos Deputados, o projeto irá para a sanção presidencial.

➤ **GOVERNISTAS** apostam que Lula vai rejeitar a emenda e só retomar a discussão após as eleições.

➤ **O GOVERNADOR** Paulo Hartung está confiante no veto do Presidente, mas já está se mobilizando no sentido de contestar as medidas na Justiça.

O QUE DIZ O RELATÓRIO

Três inconstitucionalidades

➤ **O DOCUMENTO** elaborado pela Comissão Especial de Análise do Projeto de Lei do Marco Regulatório do Pré-Sal da OAB-ES trata das três inconstitucionalidades presentes nos projetos que mudam a forma de divisão dos royalties do pré-sal.

➤ **O RELATÓRIO** traz, ainda, explicações sobre o processo de exploração de petróleo na camada do pré-sal e dos impactos sociais e ambientais causados pela atividade.

➤ **ALÉM DE** explicar a importância da destinação correta dos recursos dos royalties para a manutenção da economia de estados e municípios produtores, como Espírito Santo e Rio de Janeiro, prejudicados pelas atividades de exploração.

Fonte: OAB-ES.